



Simulado Final **TCE RJ**

Técnico de Controle Externo
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Final TCE-RJ Técnico de Controle Externo Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE-RJ;
- 2 – A prova contém **150 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-16-04>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – F	93 – C E	118 – C E	143 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E

LÍNGUA PORTUGUÊSA

Fabricio Dutra

Texto 1

Nossos olhos estão sempre focando as coisas nas quais estamos interessados em nos aproximar, investigar, procurar ou ter. Devemos ver, mas, para ver, devemos focar; assim, estamos sempre focando algo. Nossas mentes estão construídas sobre as plataformas de caça e coleta dos nossos corpos. Caçar é especificar um alvo, rastreá-lo e se lançar contra ele. Coletar é especificar e agarrar. Lançamos pedras, lanças e bumerangues. Arremessamos bolas em aros, batemos na bola em direção da rede e lançamos pedras de granito pelo gelo nos alvos horizontais do curling. Lançamos projéteis nos alvos através de arcos, armas, rifles e foguetes. Vomitamos insultos, lançamos planos e vendemos ideias. Somos bem-sucedidos quando marcamos um gol ou atingimos o alvo. Falhamos, ou pecamos, quando não conseguimos (uma vez que a palavra pecado significa errar o alvo). Não conseguimos navegar sem focar algum lugar e, enquanto estamos nesse mundo, devemos sempre navegar.

- 01.** A expressão ‘focando as coisas’, no primeiro período, poderia ser reescrita da seguinte forma: ‘focando nas coisas’.
- 02.** No segundo período, a vírgula - após a palavra ‘mas’ - é de uso facultativo.
- 03.** No primeiro período, o termo ‘nas quais’ poderia ser substituído por ‘onde’, sem prejuízo para a correção.
- 04.** No primeiro período, na expressão ‘nos aproximar’, o pronome ‘nos’ poderia ser deslocado corretamente para depois do verbo.
- 05.** Depreende-se do texto que o ideal é focar algo pequeno para ser bem sucedido.
- 06.** No terceiro período, a inserção de uma vírgula após o termo ‘mentes’ causaria prejuízo à correção gramatical.

07. O autor faz uso de uma definição etimológica para explicitar que é normal que os seres humanos vivam apontando para algum alvo.

08. No último período, o verbo ‘estamos’ é um verbo de ligação.

09. O autor faz uso de verbos e de pronome de primeira pessoa do plural – ao longo do texto - para generalizar e incluir os interlocutores no seu raciocínio sobre a humanidade.

10. No período ‘Caçar é especificar um alvo’, o termo ‘um alvo’ é objeto direto.

Texto 2

A consciência do eleitor sobre o valor do seu voto é importante em uma democracia. O alerta de Toynbee, na epígrafe acima, é verdadeiro. Se os cidadãos não se importarem com quem estão colocando no poder, serão mais facilmente vítimas de abusos deste poder. Apesar de no Brasil o voto ser uma obrigação – o que é um absurdo -, ele deveria ser encarado como um direito de todos, e contribuir com o voto nas eleições deveria ser uma escolha individual, calcada no sentimento de responsabilidade, já que o resultado irá afetar a vida de todos. O preço da liberdade é a eterna vigilância.

Entretanto, há uma explicação muito racional também para a falta de interesse generalizada no voto. Várias pessoas sequer se lembram em quem votaram nas últimas eleições. Isso, apesar de condenável, não é totalmente irracional. O motivo encontra-se no peso de cada voto, do ponto de vista individual. Quando temos algo como 100 milhões de votos, cada um com o mesmo peso, um único voto isolado realmente não move moinhos. O agente racional sabe disso. Ele entende que quando vai gastar o seu dinheiro num mercado, seu “voto” tem total poder na escolha, afinal, é ele mesmo quem decide o que comprar. Mas, quando sua escolha é somada às preferências de dezenas de milhões de pessoas, e o resultado final é aquele que a maioria escolhe, sua preferência particular importa pouco.

O esforço de conscientização feito pelo TSE com propagandas em que o eleitor aparece como o verdadeiro patrão escolhendo seus funcionários públicos é louvável, mas não tão verossímil assim. Não é que ele não seja de fato o patrão. Ele é. Mas é que ele divide esse poder com outros milhões e milhões de patrões, cada um com o mesmo peso. Isso pode ser um pouco frustrante pelo prisma individual.

- 11.** Seria mantida a correção e a coerência se, na expressão ‘em uma democracia’, o termo ‘em’ fosse substituído por ‘para’.
- 12.** No segundo período ‘O alerta de Toynbee, na epígrafe acima, é verdadeiro.’, a expressão isolada constitui segmento explicativo.
- 13.** O texto é predominantemente argumentativo.
- 14.** No primeiro período do segundo parágrafo, a expressão ‘uma explicação muito racional’ exerce a função de complemento direto do verbo que a antecede.
- 15.** No segundo parágrafo, na expressão ‘O motivo encontra-se no peso de cada voto’, a partícula ‘se’ poderia ser deslocada para antes do verbo.
- 16.** No segundo parágrafo, na expressão ‘O motivo encontra-se no peso de cada voto’, a partícula ‘se’ é um pronome reflexivo.
- 17.** No último período do segundo parágrafo, o verbo importar exige complemento direto.
- 18.** Segundo o autor, a falta de memória acerca das escolhas eleitorais nos últimos pleitos justifica que há falta de interesse de todos os cidadãos.
- 19.** No último parágrafo, na oração ‘Mas é que ele divide esse poder com outros milhões e milhões de patrões’, a expressão ‘é que’ é classificada como partícula expletiva.
- 20.** No período ‘Ele entende que quando vai gastar o seu dinheiro num mercado, seu “voto” tem total poder na escolha, afinal, é ele mesmo quem decide o que comprar.’, o termo ‘o’ pertence à mesma classe gramatical na duas ocorrências.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

Julgue os itens subsequentes, relativos ao controle da administração pública.

- 21.** O Poder Legislativo, por meio da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou por qualquer de suas comissões, poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente ou através de procurador designado, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação.
- 22.** Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional norma de Constituição estadual que dispensa apresentação de parecer prévio sobre as contas de Chefe do Poder Executivo municipal a ser emitido pelo respectivo Tribunal de Contas Estadual.
- 23.** No exercício de suas funções, o Tribunal de Contas do Estado edita atos administrativos com força de título executivo.
- Acerca dos princípios aplicados à Administração Pública, julgue o item a seguir.
- 24.** O princípio do controle permite que a Administração Pública Direta fiscalize e controle as atividades exercidas pelas entidades da Administração Pública Indireta a fim de que cumpram as finalidades legais reproduzidas em seus atos constitutivos.
- Com relação às normas de licitação e contratos administrativos, à luz da Lei n.º 8.666/1993, julgue os próximos itens.
- 25.** A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no edital ou na carta-convite, poderá ser exigida prestação de garantia, na modalidade definida pela Administração, nas contratações de obras, serviços e compras.

26. Caso a Administração objetive contratar empresa para executar determinado serviço de engenharia, cujo valor estimado da contratação seja de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser adotada a concorrência como modalidade da licitação.

A respeito dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

27. Considerando que a veracidade e legitimidade são atributos do ato administrativo, entende-se que o ato goza de presunção absoluta de que foi editado em conformidade com a lei e com a verdade dos fatos.

28. Desde que a lei admita, o silêncio administrativo pode significar forma de manifestação de vontade.

29. O Estado de Fabianópolis responde objetivamente pelos danos causados ao agente de segurança, permitindo-se ação regressiva em face de Doquinha.

Acerca da Lei n.º 12.527/2011 e do Decreto n.º 7.724/2011, julgue o item a seguir.

30. O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como secreta é de vinte e cinco anos, cuja classificação poderá se dar pelo Presidente da República.

Acerca dos poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

31. Desde que atue de modo a alcançar determinado fim de relevante interesse coletivo, o servidor público que atuar além de sua competência legal não estará agindo com excesso de poder.

32. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o ato de polícia que tiver como objeto a demolição de uma casa habitada, prescinde de autorização judicial, pois goza do atributo da autoexecutoriedade.

Julgue o item a seguir, acerca da organização administrativa do Estado.

33. As Fundações Públicas são criadas por lei e possuem personalidade jurídica de direito público.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, julgue os próximos itens.

34. É dispensável a licitação para contratação de objetos que devam ser contratados por meio de credenciamento.

35. Na fase de habilitação das licitações, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

36. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, ao defensor, no interesse do representado, é assegurado amplo acesso aos elementos de prova que já estão documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.

37. Caso: Para viabilizar o repasse direto de verbas públicas às escolas, conferindo-lhes maior autonomia na aplicação dos recursos, conforme as necessidades de cada localidade, foram criadas Caixas Escolares, que embora instituídas e mantidas pelo Poder Público, são sociedades civis com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. **Assertiva:** As Caixas Escolares, porque são entidades voltadas diretamente à prestação de serviços de educação e recebem recursos públicos via conta específica, estão submetidas ao regime geral de precatórios para o pagamento de suas dívidas, conforme previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

38. Não fere a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município, ainda que a quantidade de Conselheiros seja inferior à quantidade de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

39. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

40. A Constituição Federal a todos assegura o acesso à informação. Entretanto, os direitos fundamentais não são absolutos e podem ser relativizados em situações de conflito com outros direitos. Dessa forma, a suspensão provisória, durante o período da pandemia causada pela COVID-19, dos prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes não afronta a proteção constitucional aos direitos fundamentais.

41. O Supremo Tribunal Federal, excepcionalmente, dispensou a atuação da Comissão Mista, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente da COVID-19, na apreciação de medidas provisórias.

42. A decisão de mérito proferida pelo Senado Federal, no processo de *impeachment* instaurado contra o Presidente da República, por crime de responsabilidade, é irrecorrível.

43. O Presidente da República, no prazo de quinze dias úteis, por razões de inconstitucionalidade ou de interesse público, pode vetar projetos de lei. O veto motivado por inconstitucionalidade poderá ser questionado ao Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

44. Juízes substitutos não estão alcançados pela cláusula constitucional da inamovibilidade.

45. O *habeas corpus* não é medida idônea para fazer cessar, no processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, ofensa ao devido processo legal.

46. A norma constitucional que preceitua o dever do Estado com educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade é de eficácia limitada de princípio programático.

47. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é compatível com a Constituição Federal, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, a determinação de que as empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Pessoal compartilhem com o IBGE a relação de nomes, números de telefone e endereços de seus consumidores, pessoas físicas ou jurídicas.

48. Caso: João é brasileiro naturalizado, tem 33 anos de idade, no pleno gozo dos direitos políticos, filiado a partido político, residente e domiciliado em João Pessoa, local em que vota, deseja disputar um mandato eletivo. **Assertiva:** João preenche, em tese, os requisitos para concorrer a Governador, mas não poderia se candidatar a Presidente da República.

49. A assembleia geral fixará a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical, que será descontada em folha de todos os trabalhadores, independentemente da condição de sindicalizado.

50. Situação hipotética: João, deputado federal eleito em 2018, foi acusado de não ter declarado à Justiça Eleitoral quantia volumosa de doações para a sua campanha. Há notícia de que as tais doações são frutos de atividades empresariais ilícitas. Pela conduta, foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal. **Assertiva:** Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas, motivo pelo qual a competência para processar e julgar João é da primeira instância da Justiça Eleitoral.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

51. Dentre as competências do Tribunal de Contas do Estado na Constituição Estadual está a de aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, dentre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário. Assim, as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

52. Conforme previsão da Constituição Estadual julgue o item seguinte. As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, semestralmente, a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei.

53. No tocante ao controle social da Administração Pública, julgue o item que se segue. Qualquer cidadão, partido político, sindicato ou associação, desde que em funcionamento há pelo menos um ano, é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

54. As contas dos administradores e responsáveis serão anualmente julgadas pelo Tribunal de Contas, sob a forma de prestação ou tomada de contas. Os processos de prestação e de tomada de contas anuais deverão ser remetidos ao Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do encerramento do exercício.

55. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, julgue o item que se segue. Qualquer licitante ou contratado, pessoa física ou jurídica, poderá representar ao Tribunal contra irregularidades na aplicação da legislação pertinente.

56. Conforme disposto na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue o item seguinte. No resguardo dos direitos e garantias individuais, o Tribunal de Contas dará tratamento público às denúncias formuladas pelos cidadãos, até decisão definitiva sobre a matéria.

57. Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, julgue o item que se segue. A pena de advertência será aplicada ao servidor por escrito nos casos de negligência e comunicada ao órgão de pessoal.

58. Sobre a pena de demissão no Decreto-Lei nº 220/1975, julgue o item que se segue. A pena de demissão prescreverá em 5 (cinco) anos.

59. De acordo com o Decreto Estadual nº 2.479/1979, julgue o item seguinte. Ao funcionário é proibido, dentre outras proibições, revelar fato ou informação de natureza sigilosa, de que tenha ciência em razão do cargo ou função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo.

60. Julgue o item seguinte sobre o Decreto Estadual nº 2.479/1979. Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por 20 (vinte) dias consecutivos.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho / Vinicius Nascimento

61. De acordo com a legislação pertinente, julgue o item que se segue.

Não é possível a inclusão da autorização para abertura de créditos suplementares na Lei orçamentária, sem ferir o princípio da exclusividade.

62. Julgue o item a seguir conforme as disposições da Lei complementar nº 101 de 2000.

Para os efeitos da lei de responsabilidade fiscal, a dívida consolidada é integrada, entre outros, pelas operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

63. Conforme a legislação em vigor, julgue o item que se segue.

O princípio do orçamento bruto determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

64. Julgue o item a seguir quanto aos princípios orçamentários.

O princípio da unidade determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

65. Julgue o item de acordo com a legislação pertinente. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal e, dentre outras atribuições, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

66. Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas devem constar no Plano Plurianual (PPA), informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

67. Julgue o item conforme os estágios da receita pública.

O estágio da arrecadação consiste na transferência dos valores auferidos à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

68. Acerca da despesa pública, julgue o item subsequente.

As obrigações de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez podem ser realizadas por meio de empenho global.

69. Acerca da despesa pública, julgue o item subsequente.

Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria são consideradas despesas de exercícios anteriores.

70. Julgue o item de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

71. Julgue o item de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, além de ser onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

72. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência. Com relação aos princípios orçamentários, julgue o item.

O Princípio da universalidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

73. Com relação ao orçamento público, julgue o item seguinte.

A integração entre planejamento e orçamento e a ênfase nos aspectos contábeis são condições necessárias para a adoção de um orçamento-programa.

74. Acerca do ciclo orçamentário, julgue o item a seguir, considerando que as siglas PPA, LDO e LOA, sempre que usadas, correspondem, respectivamente, ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual.

O Plano Plurianual (PPA) tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente e será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

75. Considerando as normas de direito financeiro, julgue o item a seguir.

De acordo com a classificação legal das receitas públicas, o superávit do orçamento corrente é classificado como uma receita de capital.

76. São reservadas à lei de diretrizes orçamentárias disposições sobre exercício financeiro, vigência e prazos, além de metas e prioridades da administração pública federal.

77. A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), julgue o item a seguir.

O PPA estrutura o planejamento de longo prazo e, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos, metas e prioridades da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

78. No Brasil, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é composta por três orçamentos: fiscal, de investimento das empresas estatais e o da seguridade social e, ainda assim, atende ao princípio da unidade orçamentária.

79. No que diz respeito ao ciclo orçamentário, julgue o item.

Cada um dos Poderes da União deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto próprio de plano plurianual. Além disso, o projeto de PPA deve ser dirigido em até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

80. A respeito de orçamento público, ciclo orçamentário e créditos adicionais, julgue o item que se segue.

O superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior não é uma fonte de recursos para a abertura de crédito especial.

81. O processo da fixação da despesa orçamentária é concluído no empenho, que é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento.

82. O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores cabe à autoridade competente para pagar a despesa.

83. O estágio da receita denominado lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

84. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor que constitui despesa orçamentária, porém não representa despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido.

85. Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. Nesse sentido, não se confunde com a dívida pública, reconhecida contabilmente no passivo.

86. A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo classificada segundo critérios de natureza, destinação de recursos e indicador do resultado primário.

87. Considera-se recurso para abertura de créditos suplementares e especiais, desde que não comprometidos, os provenientes de excesso de arrecadação.

88. Para os efeitos da LRF, entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, salvo vencimentos e vantagens, tanto fixas quanto variáveis.

89. Com relação à despesa pública e à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item.

Caso possua a disponibilidade financeira respectiva, será possível a titular de poder contrair obrigações de despesas nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, quando essas obrigações forem contratadas em parcelas vincendas no exercício seguinte.

90. De acordo com a Lei de Responsabilidade fiscal (LRF), é vedado o financiamento de despesas correntes por meio de receitas de capital oriunda da alienação de bens que integram o patrimônio público, salvo se destinadas por lei aos regimes previdenciários, tanto geral quanto próprio dos servidores públicos.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbet Almeida

Julgue os itens seguintes sobre o controle da administração pública.

91. A fiscalização operacional tem o objetivo de analisar as operações realizadas pela administração pública, comparando essencialmente a conformidade dos atos com as normas pré-estabelecidas.

92. Não compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal para cargo de provimento em comissão.

93. A decisão do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito tem eficácia de título executivo, mas é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada nesse tipo de decisão.

94. Caso o Presidente da República não preste contas no prazo previsto na Constituição Federal, caberá à Câmara dos Deputados realizar a tomada de contas.

95. Se for instituído um território federal, a prestação de contas do governador desse território será submetida ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

96. Os tribunais de contas dos estados não têm competência para julgar as contas de gestão dos administradores públicos.

97. Constitui controle parlamentar direto, também conhecido como controle político, o controle que o Congresso Nacional realiza quando susta os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

98. A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, não se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.

99. É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

100. Ao julgar as contas dos responsáveis por recursos públicos, o Tribunal de Contas do Estado exerce a sua função judicante.

101. Por não integrar o Poder Judiciário, não cabe ao Tribunal de Contas exercer a função sancionatória, limitando-se o seu poder a julgar as contas e fixar prazo para a correção da ilegalidade.

Sobre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir.

102. O Ministério Público que funciona junto ao TCE é órgão com fisionomia e autonomia própria em relação ao Tribunal de Contas do Estado, motivo pelo qual goza de capacidade processual para impetrar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal, no caso de violação das prerrogativas do órgão ministerial.

103. Os auditores ou conselheiros-substitutos são nomeados pelo Governador do RJ, dentre os cidadãos que sejam detentores de diploma de curso superior e satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de conselheiro.

104. Os conselheiros-substitutos gozam da vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de efetivo exercício no cargo.

105. O TCE goza de capacidade de auto-organização, possuindo competência para elaborar o seu próprio regimento interno, que somente poderá ser aprovado e alterado por deliberação da maioria absoluta dos conselheiros.

106. O TCE-RJ, no exercício do controle externo, não poderá aplicar a pena de demissão a servidor público, mas poderá propor à autoridade administrativa a aplicação dessa sanção.

107. O Tribunal de Contas, por maioria dos membros presentes na sessão de deliberação, poderá, cumulativamente, ou não, com outras sanções, aplicar ao responsável, por prática de atos irregulares, a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública estadual ou municipal, por prazo não superior a cinco anos.

108. Com fundamento expresso na Constituição Federal, o Tribunal de Contas poderá adotar tutela provisória, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada.

109. As contas do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro serão submetidas, anualmente, à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para emissão de parecer prévio, cabendo o julgamento à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

110. Situação hipotética: Durante uma fiscalização em um contrato custeado com recursos de um município do Estado do Rio de Janeiro, sujeito à jurisdição do TCE-RJ, foram identificadas diversas ilegalidades. O Tribunal fixou prazo para a correção, mas a autoridade pública não adotou as medidas cabíveis. **Assertiva:** nesse caso, o ato de sustação caberá, inicialmente, à Assembleia Legislativa.

111. No caso de impropriedades, o TCE julgará as contas do responsável como irregulares.

112. Denomina-se decisão provisória aquela que o TCE adota quando determinar diligências necessárias ao saneamento do processo ou a notificação ou citação do responsável.

113. Não compete ao TCE o exercício do poder regulamentar, por falta de previsão em sua Lei Orgânica.

114. Quem der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que cause prejuízo ao erário não estará sujeito à jurisdição do TCE, mas somente da autoridade administrativa competente para instaurar a tomada de contas.

115. O Tribunal de Contas do Estado julgará as prestações ou tomadas de contas até o término do exercício seguinte àquele em que estas lhe tiverem sido apresentadas.

116. O governador deverá apresentar as suas contas, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa.

117. Os embargos de declaração podem ser opostos para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida, mas não suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada.

Maria é conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e, após a realização de mudança de domicílio, firmou contrato com a concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado. Além disso, antes da posse, Maria atuava como professora em instituição de ensino superior. Por fim, Maria foi eleita por conselheiros de diversos tribunais de contas para desempenhar atribuição de direção em associação da classe dos membros das Cortes de Contas.

Sobre a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

118. O contrato com a concessionária de energia elétrica poderá ser firmado, inclusive com cláusulas especiais, uma vez que Maria ocupa cargo público de autoridade.

119. Maria poderá continuar desempenhando a profissão no magistério, mesmo após ser empossada como conselheira.

120. Em virtude da vedação ao direito de associação, Maria não poderá ocupar o cargo de direção na associação de classe, ainda que seja sem remuneração.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICO

Gilmar Possati

Acerca das noções de Contabilidade Pública, julgue as assertivas a seguir:

121. O objeto da Contabilidade Pública é o conjunto de bens, direitos e obrigações das entidades do setor público.

122. Segundo o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os Conselhos Profissionais, na qualidade de autarquias, devem aplicar as normas da Contabilidade Pública.

123. Os bens imóveis em andamento não atendem a definição de ativo e, portanto, não fazem parte do objeto da Contabilidade Pública.

Acerca dos Princípios Orçamentários, julgue as assertivas a seguir:

124. Os princípios orçamentários são válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos e são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

125. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o princípio orçamentário da publicidade aplica-se também ao orçamento público, pelas disposições contidas Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determinam ao governo, por exemplo, divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade e publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal.

Acerca da receita pública, julgue as assertivas a seguir:

126. Os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.

127. Na codificação da classificação da receita orçamentária por natureza, a “espécie” representa o detalhamento das categorias econômicas “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”, com vistas a identificar a procedência das receitas quando ingressam nos cofres públicos.

128. Os ativos e passivos são classificados no balanço patrimonial pelo grau decrescente de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente.

Acerca da despesa pública, julgue as assertivas a seguir:

129. As despesas orçamentárias são consideradas realizadas no momento da liquidação.

130. Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

131. A despesa com a aquisição de materiais para estoque e a despesa com adiantamentos são exemplos de despesas correntes efetivas.

132. A classificação institucional, prevista em ato normativo federal, reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.

133. A classificação funcional é independente dos programas e possui aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

134. No contexto da classificação por natureza da despesa, o desdobramento do elemento de despesa é facultativo.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

135. Fazem parte do conjunto completo das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público a demonstração do resultado e a demonstração de informações orçamentárias.

136. Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, mídia e empregados, dentre outros.

137. Informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.

138. Caso uma política contábil seja aplicada de forma inadequada, uma das formas para convalidar esse fato é a divulgação em notas explicativas, atendendo-se a característica qualitativa da comprehensibilidade.

139. O balanço orçamentário é composto por três quadros: um principal e dois relativos à execução de restos a pagar.

140. Situação hipotética: O Município Audazes da Baixada verificou ao final do exercício uma insuficiência de arrecadação de R\$ 2.000.000,00 e uma economia de despesas de R\$ 1.000.000,00.

Assertiva: houve déficit na execução orçamentária de R\$ 1.000.000,00.

Atenção: Para responder à questão, considere as transações a seguir, ocorridas no exercício financeiro de 20X0 do Município Audazes dos Pampas:

- Aprovação da Lei Orçamentária Anual no valor de R\$ 100.000,00;
- Lançamento de impostos (IPTU) no valor de R\$ 80.000,00, sendo arrecadados R\$ 70.000,00;
- Recebimento de veículo em doação no valor de R\$ 30.000,00;
- Compra de terreno à vista no valor de R\$ 50.000,00;
- Despesas administrativas no valor de R\$ 30.000,00, totalmente inscrito em restos a pagar.

141. Considerando apenas os eventos acima, o resultado patrimonial do município foi superavitário em R\$ 100.000,00.

142. Determinada entidade estatal apresentou as seguintes variações patrimoniais, extraídas da sua contabilidade, referentes ao exercício financeiro de 20X1:

Pessoal e Encargos	160.000,00
Impostos, taxas e contribuições	120.000,00
Transferências e Delegações Recebidas	90.000,00
Exploração e Venda de Bens	110.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	70.000,00
Uso de material de expediente	50.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que o resultado patrimonial do exercício financeiro de 20X1 apresentou-se superavitário em R\$ 40.000,00.

143. Uma despesa pública que foi executada de forma independente à autorização fixada na lei orçamentária anual não é evidenciada na estrutura do balanço financeiro.

Acerca da dívida flutuante e fundada, julgue as assertivas a seguir:

144. A dívida flutuante compreende os débitos de tesouraria, que representam as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, realizadas para atender a insuficiências momentâneas de tesouraria.

145. A dívida flutuante resulta de operações de caráter financeiro que se refletem no patrimônio financeiro, decorrentes ou não da execução do orçamento.

146. Integram a dívida pública flutuante as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Acerca da estrutura e classificação das contas no balanço patrimonial, julgue as assertivas a seguir:

147. Os ativos circulantes incluem ativos que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

148. A entidade deve classificar os seus passivos financeiros como circulante quando o seu pagamento estiver previsto para o período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis, mesmo que o prazo original para sua liquidação tenha sido por período superior a doze meses.

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue as assertivas a seguir:

149. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, inovações da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão entre os principais instrumentos de transparência da gestão fiscal.

150. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária é elaborado e publicado por todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-16-04>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>